



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

213



HABEAS CORPUS Nº: 212169-9 (0005725-73.2010.8.17.0000)
COMARCA DE ORIGEM: Agrestina - Vara Criminal
IMPETRANTE: Dr. Fernando Feitosa Duarte
PACIENTE: **LUCIANO ALVES BARBOSA**
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros
PROC. DE JUSTIÇA: Dr. Luiz Diogo Filho
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

5711

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. QUADRILHA E PORTE DE ARMA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE MATERIALIDADE E NEGATIVA DE AUTORIA. SUMULA 80 DO TJPE. MATERIALIDADE COMPROVADA. INDÍCIOS DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. PERICULOSIDADE. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. PACIENTE RESIDENTE FORA DO DISTRITO DA CULPA. ORDEM DENEGADA. À UNANIMIDADE.

1. Aplicação da Súmula 80 do TJPE: a restrita via do habeas corpus não comporta o revolvimento probatório necessário à aferição da negativa de autoria. Materialidade comprovada pelo auto de apreensão e depoimentos colhidos na fase pré-processual.
2. Há indícios quanto a existência de organização criminosa com divisão de tarefas, organização e estabilidade. Custódia necessária pelas circunstâncias dos crimes, para garantir a ordem pública e por conveniência da instrução criminal.
3. Aplicação da Sumula 86 do TJPE: as condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva.
4. Denegação da ordem, à unanimidade.

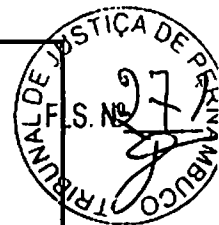
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *habeas corpus* nº 212169-9 (0005725-73.2010.8.17.0000), da Vara Criminal da Comarca de Agrestina, em que figura, como impetrante, o advogado Fernando Feitosa Duarte, e como paciente **LUCIANO ALVES BARBOSA**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **denegar a ordem** do presente *habeas corpus*, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 19 de maio de 2010.

Des. MAURO ALENCAR DE BARROS

Relator



HABEAS CORPUS Nº: 212169-9 (0005725-73.2010.8.17.0000)
COMARCA DE ORIGEM: Agrestina - Vara Criminal
IMPETRANTE: Dr. Fernando Feitosa Duarte
PACIENTE: **LUCIANO ALVES BARBOSA**
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros
PROC. DE JUSTIÇA: Dr. Luiz Diogo Filho
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

RELATORIO

Trata-se de pedido de ordem de *habeas corpus* liberatório, subscrito pelo advogado Fernando Feitosa Duarte em favor de **LUCIANO ALVES BARBOSA**, apontando como autoridade coatora o Exm.^o Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Agrestina, objetivando a reforma da decisão que homologou a prisão em flagrante e a expedição de alvará de soltura.

Afirma o impetrante que o paciente foi preso pela prática do delito capitulado no art. 288 do Código Penal, ocorrido no dia 27/03/2010, mas não existe prova material que demonstre a existência do delito.

Informa que o paciente é primário, possui residência fixa e trabalho, e em sendo crime afiançável, deveria o magistrado, ao receber os autos, ter relaxado a prisão em flagrante.

Negado o pedido liminar por insuficiência de informações (fls. 16/17).

A defesa peticionou para juntar cópias dos autos (fls. 21/251).

A autoridade dita coatora esclareceu às fls. 253/259:

1. A polícia civil de Pernambuco prendeu em flagrante 07 (sete) pessoas, dentre elas o paciente, durante ronda de rotina na cidade de Agrestina, oportunidade em que foi descoberto um plano para assaltar um comerciante da cidade.
2. Com o grupo foi encontrado um veículo Honda FIT, um revólver Taurus calibre 38 com cinco munições intactas, uma bolsa contendo três fardamentos completos da PMPE, uma motocicleta, aparelhos celular, relógios de pulso, carteiras porta-cédulas, uma pequena quantidade de erva, equipamentos odontológicos e jalecos brancos.
3. O veículo Honda FIT, ao que tudo indica, é um 'clone' do automóvel pertencente a uma vítima de roubo ou furto praticado pelos acusados no Estado de Alagoas.



4. O material odontológico foi identificado como sendo da dentista Érica Ávila dos Anjos Luna de Mendonça, vítima de roubo ocorrido no dia 26/03/2010, na cidade de Recife. Segundo um dos acusados (Bruno), o paciente e mais dois acusados realizaram este assalto à dentista, sendo estes elementos assaltantes de banco, dispostos a praticar o assalto ao comerciante.
5. O paciente confessou à autoridade policial que a sua participação consistiu na compra das fardas da polícia (na favela de Afogados), para que fossem usadas no assalto ao comerciante.
6. Há nos autos depoimentos de testemunhas confirmando a participação dos suspeitos na quadrilha especializada em crimes contra o patrimônio.
7. O comandante local da Polícia Militar enviou ofício ao juízo da comarca de Agrestina, solicitando a transferência do bando da cadeia pública local para uma penitenciária de segurança máxima, diante da periculosidade dos sujeitos e da sua capacidade de articulação, tornando vulnerável a segurança de todos os reclusos e dos policiais de serviço.
8. Há nos autos elementos concretos que comprovam o poder intimidatório da quadrilha, sendo necessária a sua prisão para preservar a instrução processual e garantir a ordem pública.

Em parecer, o órgão ministerial opina pela denegação da ordem.

Em seguida, vieram-me os autos conclusos.

É o breve relatório.

Recife, 19 de maio de 2010

Des. MAURO ALENCAR DE BARROS
Relator



HABEAS CORPUS Nº: 212169-9 (0005725-73.2010.8.17.0000)
COMARCA DE ORIGEM: Agrestina - Vara Criminal
IMPETRANTE: Dr. Fernando Feitosa Duarte
PACIENTE: **LUCIANO ALVES BARBOSA**
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros
PROC. DE JUSTIÇA: Dr. Luiz Diogo Filho
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

VOTO DO RELATOR

Esclareço inicialmente que, pela natureza sumaríssima do *habeas corpus*, torna-se impossível a análise acurada de provas em busca da verdade processual, somente cabível na instrução criminal, quando se confirmarão ou não as alegações constantes da inicial acusatória.

Desta forma, o pedido de revogação da prisão, através deste *writ*, só seria cabível se a inocência ou a atipicidade da conduta restassem evidentes nos autos e pudessem ser comprovadas de plano, o que não é a hipótese.

Neste sentido esta Corte de Justiça já sumulou:

"Sumula 80 do TJPE - A restrita via do habeas corpus não comporta o revolvimento probatório necessário à aferição da negativa de autoria".

Segundo a defesa, o paciente foi preso e acusado injustamente da prática do crime de quadrilha (art. 288 do Código Penal), quando não há qualquer prova material que demonstre a existência deste delito. Contudo, a peça denunciatória (fls. 23/26) imputa ao paciente também a conduta do art. 14 da Lei nº 10.826/06 (porte ilegal de arma de fogo).

Afirma o impetrante que o magistrado *a quo* não fundamentou a decisão que homologou a prisão em flagrante, afrontando diretamente a constituição brasileira.

Vejamos trechos da referida decisão:

"(...) In casu, a materialidade resta devidamente comprovada pelo auto de apreensão dos bens acima mencionados, bem como pelos diversos depoimentos colhidos na fase pré-processual. Não há dúvidas da existência dos crimes apontados na denúncia" (fl.s 246).

"(...) Os elementos trazidos à colação nos autos, consoante acima delineados, prestigiados pelo relatório da autoridade policial que presidiu a



investigação, demonstram a existência dos indícios suficientes de autoria em relação a todos os suspeitos presos pela polícia. Aliás, os indícios dão conta de que se trata de uma organização criminosa, especializada em assaltos, com divisão de tarefas, organização e estabilidade" (fls. 246v).

"(...) No seu depoimento, o acusado Bruno Santiago Laurindo Cadete, mesmo negando envolvimento, afirmou que Luciano, Radamés e Jean são assaltantes de banco e estavam dispostos a praticar assalto contra a pessoa de Beto, confirmando ainda que o veículo Honda FIT seria usado no assalto.

Já o autuado Luciano Alves Barbosa confessou ter adquirido os fardamentos militares, mesmo negando qualquer participação no assalto planejado pelo grupo, mas é óbvio que os indícios são fortes e apontam para a participação do mesmo não apenas no planejamento do assalto ao comerciante Beto, mas nas demais ações da quadrilha, diante da postura de compra de fardamentos militares para a simulação de que eram policiais no momento da abordagem ao comerciante.

Logo, pelos depoimentos colhidos na fase inquisitorial, afiguram-se presentes os aludidos pressupostos de admissibilidade do decreto de prisão preventiva de todos os denunciados, eis que os indícios são realmente da existência de uma verdadeira empresa do crime, com papéis definidos, planejamento de ações e execução de assaltos, tudo em nome da vida fácil em detrimento daqueles que trabalham para do suor retirar o sustento da família" (fls. 247).

"(...) A periculosidade dos agentes, aliada à capacidade de organização, sem dúvida, ferem de morte a ordem pública tão combatida nos tempos atuais. A jurisprudência tem consolidado o entendimento de preservação da ordem pública sempre que a liberdade do titular do direito subjetivo, em tese, prejudique a manutenção da ordem, ou represente risco à sociedade, diante da perspectiva de cometimento dos mesmos crimes que a quadrilha vem cometendo.

Mesmo se reconhecendo se tratar de medida odiosa e excepcional, a custódia preventiva dos denunciados, neste momento, se torna necessária, pois, pelas circunstâncias dos crimes, demonstram que os acusados têm personalidades voltadas à prática de crimes. Assim, a liberdade dos mesmos causará nítido prejuízo à ordem pública.

A prisão preventiva de todos deve ser decretada, também, por conveniência da instrução criminal que se avizinha." (fls. 249v)

"(...) Logo, a prisão também se justifica para assegurar que a instrução transcorra em um clima de normalidade, pois, pelo perfil do bando, nenhuma



garantia há de que não venham a interferir ilicitamente na coleta de provas, ameaçando testemunhas, destruindo provas etc.

Finalmente, a prisão também se revela necessária para a garantia da aplicação da lei penal. Observe-se que a maioria dos integrantes da quadrilha é proveniente de várias cidades, tais como Recife, Lajedo, Cupira, portanto, sem qualquer vínculo com a cidade de Agrestina. Pelos elementos coligidos, não há dúvidas de que os indícios revelam que o bando tem atuação em várias cidades, inclusive no Estado de Alagoas, diante da constatação de que o veículo apreendido era um clone de um outro pertencente a uma funcionária da Justiça do Trabalho em Maceió, o que, sem dúvida, demonstra concretamente que os réus não têm endereço fixo, apesar de terem indicado endereço" (fls.250).

Como se observa claramente na transcrição acima, a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente foi corretamente fundamentada, não restando qualquer dúvida quanto a necessidade da custódia cautelar do paciente para garantir a ordem pública e a instrução processual.

O paciente tem residência fora do distrito da culpa, e há indícios de participação do mesmo em crimes cometidos em outras comarcas, tornando temerária a sua liberação neste momento processual.

Quanto a alegação de primariedade e bons antecedentes, condições pessoais que, segundo a defesa, habilitam o paciente a ser posto em liberdade, reitero meu posicionamento no mesmo sentido da súmula 86, deste Tribunal de Justiça, que diz:

"Sumula 86 do TJPE - As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva".

Inclusive tenho decidido de acordo com a pacífica jurisprudência do STJ e STF, conforme se vê abaixo:

(...) 5. Eventuais condições subjetivas favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e trabalho lícito, por si sós, não obstam a segregação cautelar, se há nos autos elementos hábeis a recomendar a sua manutenção, como se verifica no caso em tela. (...) (HC 103.361/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 10.06.2008, DJ 30.06.2008 p. 1)

(...) Sendo o remédio constitucional conduzido por procedimento sumário e de cognição antecipada, o inconformismo em torno dos elementos justificadores da



decisão combatida desmerece a respectiva aderência, porque não cogitados de plano. Por fim, mesmo tratando-se de réu primário, de bons antecedentes e com residência fixa, tais predicados, por si sós, não autorizam a liberdade requerida. Ordem denegada. (STJ – HC 29.401/SP – Relator: Ministro José Arnaldo da Fonseca – Quinta Turma – DJ de 13.10.2003, p. 393). (Grifo nosso).

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. ALEGAÇÃO DE FALTA DE JUSTA CAUSA. NÃO-OCORRÊNCIA. PRISÃO EM FLAGRANTE EM OBSERVÂNCIA DAS FORMALIDADES LEGAIS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO-CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA. UNANIMIDADE. 1.Na primeira fase da persecutio criminis não se exige a comprovação da autoria e da a materialidade da prática de um delito, pois a verificação de justa causa para a ação penal decorre de um juízo de probabilidade, como é o caso dos autos. 3.Eventuais «condições» «pessoais» favoráveis, por si só, não garantem o direito subjetivo ao relaxamento da prisão em flagrante quando esta ocorrer dentro das hipóteses previstas no art. 302 do CPP. 4.À unanimidade, denegou-se a ordem. (HC 180709-4, minha relatoria, 2ª Ccri, julgado em 11/02/2009)

Ao fim, registro que o feito tramita normalmente, não se vislumbrando, até o presente momento, a ocorrência do apontado constrangimento ilegal.

Pelo exposto, **voto pela denegação da ordem** do presente Habeas Corpus.

Recife, 1^o de maio de 2010.

Des. MAURO ALENCAR DE BARROS
Relator